

2. MAI 1988

ANC P1

# Constituinte adota tom nacionalista

GAZETA MERCANTIL

2. MAI 1988

A Constituinte deve encerrar nesta semana a sua mais vigorosa disputa política — a votação do capítulo da Ordem Econômica. Um tom nacionalista predominou nas decisões tomadas até a manhã da última sexta-feira no âmbito desse capítulo, que estabelece regras para a atuação do Estado e da iniciativa privada.

No último ato da semana, quando ainda havia quatrocentos constituintes em plenário, proibiu-se a realização de novos contratos de risco entre a estatal Petrobrás e empresas nacionais ou estrangeiras, restabelecendo-se, dessa forma, a plenitude do monopólio da União na pesquisa e exploração das jazidas de petróleo e de gás natural.

Ao fixar critérios para definição do que é uma empresa nacional, instituir a reserva de mercado em setores estratégicos da produção, nacionalizar a lavra de minerais e reerguer o absoluto monopólio estatal



Arnaldo Wald

sobre o petróleo e o gás, a Constituinte surpreendeu a Presidência da República — que apostava em um rumo diferente —, demonstrou a força do "lobby" dos empreiteiros, militares nacionalistas e da esquerda, que se uniram, e expôs a divisão de interesses entre os empresários.

Os grupos estrangeiros, de forma geral, não gostaram. Mas alguns entendem

que nem tudo estaria perdido: "Estamos aguardando uma legislação complementar", explicou Antônio Conde, gerente da Alcan Alumínio do Brasil, em São Paulo.

"Temos que esperar", observou Riuti Kanadani, presidente da Samarco Mineração, do grupo Belgo-Mineira - Arbed - Broken Hill. "Mas até lá dificilmente as empresas estrangeiras do setor manterão seus investimentos no País", afirmou em Belo Horizonte.

Mais que isso: poderá causar a anulação dos US\$ 11,2 milhões da dívida externa convertidos em investimentos no setor mineral durante o primeiro leilão de títulos da dívida, realizado no último 29 de março, na Bolsa de Valores do Rio, depois de contribuir para reduzir o volume de ofertas, feitas no leilão da última quinta-feira, em São Paulo.

A expectativa no setor mineral é de que, nas disposições transitórias, em que se definirá o prazo para adaptação das empresas existentes no País aos princípios da nova Carta, e na legislação complementar se garanta a possibilidade de associações, no regime de "joint-venture".

Na interpretação de Arnaldo Wald, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), essa margem já existe no texto aprovado na semana passada "e isso pode ser facilitado pelo acordo de acionistas, que podem assegurar representatividade para os minoritários (estrangeiros) no organismo societário para determinados ritos especiais ou de maioria qualificada".

Mas se, de um lado, há empresas e empresários que se sentem prejudicados ou limitados em sua liberdade de iniciativa, de outro, estão os beneficiários maiores de decisões da Constituinte — como a definição de critérios para qualificação de empresa nacional e mesmo da exploração de minerais no subsolo.

É o caso, por exemplo, das empreiteiras, cujas subsidiárias com interesses na mineração passam a ser beneficiadas com o refluxo dos grupos estrangeiros, que hoje detêm 37% da produção global de minérios e quase dois terços do faturamento do setor.

## "Decisão ainda não é final"

por Paulo Sotero  
de Washington

A decisão da Assembléia Constituinte de nacionalizar a exploração de minérios no Brasil foi recebida sem maiores comentários pelo governo americano e pelas empresas da América do Norte interessadas na questão.

No Departamento de Estado, um funcionário categorizado disse a este jornal que "há interesse pela questão" mas indicou, ao mesmo tempo, que a nacionalização decidida pela Constituinte ainda não é final. "Alguns elementos importantes, pelo que entendemos, só serão decididos quando a Assembléia votar as disposições transitórias."

Reações igualmente brandas foram colhidas por este jornal junto à Alcoa (americana) e à Alcan (canadense). Porta-vozes das duas empresas declararam-se desinformados sobre a decisão e indicaram que qualquer reação partiria de suas subsidiárias no Brasil.

Entre os bancos credores, a reação foi praticamente nula. Um executivo do comitê de bancos, informado sobre a nacionalização, disse a este jornal que ela não teria nenhum efeito sobre a negociação com o Brasil, que poderá ser concluída, com o anúncio de um acordo, já no início desta semana.

Instado por este jornal a dar sua opinião sobre a decisão da Assembléia Constituinte, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, afirmou, na última sexta-feira, em Washington, que não podia fazer uma avaliação por desconhecer o texto aprovado pela Constituinte. O embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira, procurou minimizar o alcance da decisão da Constituinte.

Um porta-voz da British Petroleum Minerals International, que atua no Brasil associada a grupos nacionais, disse ao correspondente Tom Camargo, em Londres, que a empresa se sentiu "desapontada e apreensiva" com a decisão da Assembléia Nacional Constituinte. "Parece que as portas foram fechadas", comentou um executivo da empresa, que investiu US\$ 130 milhões no Brasil, desde 1981, na prospecção e exploração de minérios. No Rio, o editor Riomar Trindade informa que o vice-presidente da empresa no Brasil ameaçou suspender investimentos de US\$ 200 milhões.